

BOLETIM INFORMATIVO

CAO.EDUCAÇÃO

11.2025



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



CAO
EDUCAÇÃO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
DE EDUCAÇÃO - MPMT



APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

- 04** AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO
- 06** NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS
- 08** NOTÍCIAS DO MPF
- 09** NOTÍCIAS DIVERSAS
- 11** NOVIDADES LEGISLATIVA

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Caroline de Assis e Silva Holmes Lins – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação
Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação
Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

NOTÍCIAS DO MPMT

Autismo: diagnóstico precoce e inclusão são foco de debate

Especialistas e membros do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) se reuniram em mais uma entrevista do projeto Diálogos com a Sociedade para discutir os desafios da inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O debate abordou desde os deveres legais das instituições de ensino até o papel da família e da saúde pública no diagnóstico e tratamento precoce. [Assista aqui à entrevista completa.](#)

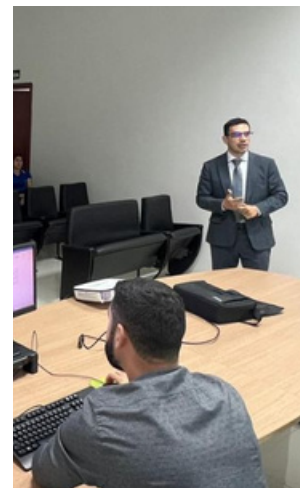


Projeto FloreSer já alcançou 444 estudantes da rede estadual em Cuiabá

O Projeto FloreSer, desenvolvido pelo Núcleo das Promotorias de Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT) - pelo Espaço Caliandra, já beneficiou 444 estudantes em apenas um mês de execução. Lançado em 29 de agosto, o projeto tem promovido rodas de conversa em escolas estaduais de Cuiabá, com foco na prevenção da violência contra mulheres e meninas. A iniciativa já passou pelas seguintes unidades escolares: Escola Padre João Panarotto, Escola Professor Rafael Rueda, Escola Professor Benedito de Carvalho e Escola Doutor Mário de Castro.

Acordo garante cumprimento da lei sobre uso de celular nas escolas

A 1ª Promotoria de Justiça de Jauru (a 425 km de Cuiabá) celebrou Termos de Cooperação com os Conselhos Tutelares de Jauru e Figueirópolis D'Oeste e com as escolas estaduais localizadas em cada município para garantir o cumprimento da legislação que proíbe o uso de celular e aparelhos eletrônicos nas escolas. O objetivo é garantir a implementação das Leis nº 15.100/2025 (federal) e nº 12.745/2024 (estadual) e garantir a proteção integral de crianças e adolescentes conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).





Educação é chave para prevenir violência doméstica, afirma promotor

O promotor de Justiça Rodrigo da Silva, participou de uma roda de conversa sobre violência doméstica, realizada na Escola Pestalozzi Renascer, em Juína (730 km de Cuiabá). O evento também contou com a presença de mães, que participaram ativamente das reflexões e aproveitaram a oportunidade para esclarecer dúvidas. Segundo o promotor de Justiça, o diálogo fortalece a integração entre escola, família e a rede de enfrentamento à violência doméstica, ampliando a conscientização e a prevenção.

Projeto FloreSer debate ciúme, controle e violência com estudantes

O Projeto FloreSer, desenvolvido pelo Núcleo das Promotorias de Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar – Espaço Caliandra, do Ministério Público de Mato Grosso, segue promovendo debates sobre temas como ciúmes, controle, posse, manipulação, desconfiança, machismo, misoginia, violência e abusos físicos e emocionais.



NOTÍCIAS DOS MP_s ESTADUAIS

MPRS ajuíza ação para impedir fechamento de turmas em 21 escolas estaduais de Porto Alegre

O Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS), por meio da Promotoria de Justiça Regional da Educação de Porto Alegre (PREDUC-POA) ingressou na sexta-feira, 10 de outubro, com ação civil pública contra o Estado para impedir o fechamento de turmas de 1º ano do ensino fundamental em 21 escolas estaduais da Capital. A medida busca assegurar o direito de crianças à matrícula em unidades próximas de suas residências e evitar a ampliação do déficit de vagas já constatado na rede pública.



PREDUC da Capital discute impactos das mudanças climáticas na educação e reforça necessidade de ações preventivas



A Promotoria de Justiça Regional da Educação de Porto Alegre (PREDUC-POA) promoveu reunião com representantes dos 19 municípios da sua área de abrangência para discutir os efeitos das mudanças climáticas sobre o funcionamento das redes municipais de ensino.

Em Barcelos, Ministério Público fiscaliza execução orçamentária para a educação

Para assegurar a eficiência, o planejamento e a transparência da aplicação de recursos voltados à educação no município de Barcelos, o Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM) instaurou procedimento administrativo para acompanhar a elaboração, aprovação e execução das leis orçamentárias. A ação foi determinada pela promotora de Justiça Taize Moraes Siqueira. O procedimento tem como objetivo fiscalizar o desenvolvimento e a execução das três leis orçamentárias e de planejamento público no município: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

MPGO instaura procedimento para acompanhar oferta do ensino noturno em Rio Verde



O Ministério Público de Goiás (MPGO), por meio da 8ª Promotoria de Justiça de Rio Verde, instaurou um Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas para apurar a regularidade da oferta do ensino noturno na rede estadual de ensino. A medida foi tomada pela promotora Renata Dantas de Moraes e Macedo, para garantir o direito à educação de adolescentes e jovens trabalhadoras (es), em conformidade com a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca).

Iniciativa inovadora do GAESP/MPRJ para redução da violência no entorno das escolas passa a integrar o Banco de Boas Práticas do CNMP



O Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (GAESP/MPRJ) teve o estudo “Estratégias para reduzir a violência no entorno das escolas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, selecionado para compor o Banco de Boas Práticas da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

MPRJ ajuíza ação contra o Estado do Rio por omissão estrutural na manutenção de escolas

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital, ajuizou ação civil pública contra o Estado do Rio de Janeiro em razão dos graves problemas na infraestrutura física das unidades escolares da rede estadual. De acordo com a ação, as falhas mais recorrentes concentram-se em três eixos principais: climatização, estrutura e equipamentos.



NOTÍCIAS DO MPF



[MPF obtém decisão para garantir a divulgação de microdados do Enem e do Censo Escolar](#)

A Justiça Federal determinou que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) adote as medidas administrativas necessárias à divulgação dos microdados referentes ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e ao Censo Escolar da Educação Básica. A divulgação deve utilizar técnicas adequadas de anonimização que preservem a utilidade analítica dos dados, observando padrões técnicos reconhecidos. A decisão acolheu o pedido do Ministério Público Federal (MPF) em ação civil pública. O Inep tem o prazo de 180 dias para implementação completa das medidas determinadas.

[MPF recomenda que município de Dois Irmãos do Buriti \(MS\) aplique valor total de precatórios do Fundef na educação](#)

O Ministério Público Federal (MPF) expediu recomendação para que o Município de Dois Irmãos do Buriti - a 115 km de Campo Grande (MS) - e os gestores da educação municipal regularizem o uso de valores recebidos a título de precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Os recursos federais, que chegam a quase R\$ 600 mil devem ser aplicados integralmente e exclusivamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino básico. [Recomendação nº 03/2025](#).



[STF anula leis municipais que limitavam manifestação de professores relacionados a gênero e orientação sexual](#)

A pedido do Ministério Público Federal (MPF), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucionais leis de Tubarão (SC), Petrolina e Garanhuns (PE) que limitavam ou impediam a manifestação de professores da rede municipal de ensino sobre temas relacionados a gênero e orientação sexual.

NOTÍCIAS DIVERSAS



[Nota Técnica da Copeduc sobre Educação Especial Inclusiva é aprovada pelo CNPG](#)

O Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPG) aprovou, no dia 29 de outubro de 2025, em Brasília (DF), a Nota Técnica nº 04/2025 da Comissão Permanente de Educação (Copeduc), vinculada ao Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH). Elaborada durante a 4ª Reunião Ordinária do GNDH, realizada em Maceió (AL), nos dias 8, 9 e 10 de outubro, a Nota Técnica foi apresentada ao colegiado pela presidente do GNDH e procuradora-geral de Justiça do Amazonas, Leda Mara Nascimento Albuquerque, e recebeu aprovação unânime dos procuradores-gerais. [Leia aqui a nota técnica na íntegra.](#)

[Manual do CNMP sobre educação infantil é tema de webinar para integrantes do Ministério Público](#)

O Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO), com apoio da Corregedoria Nacional do Ministério Público, vinculada ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), realizou, no dia 29 de outubro, o webinar “Manual de Atuação na Educação Infantil do CNMP”, voltado a integrantes do Ministério Público brasileiro. O evento está disponível no canal do YouTube da ESUMP MPGO clicando [aqui](#).

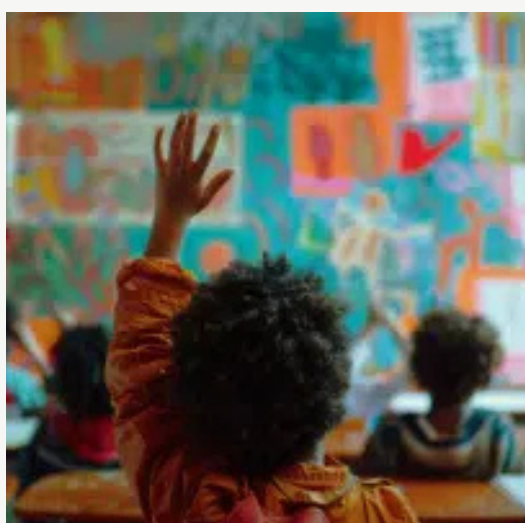


[Entenda a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva](#)

A política Nacional de Educação Especial Inclusiva (Pneei) e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva foram instituídas em 21 de outubro, por meio do Decreto nº 12.686/2025. Com isso, o Ministério da Educação (MEC) visa garantir o direito à educação sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência, com transtorno do espectro autista (TEA) e com altas habilidades ou superdotação. O texto será regulamentado por uma portaria, que definirá as estruturas de governança e a implementação da Pneei nos territórios.

TJ-RS derruba lei que proibia professores de Porto Alegre de falar de política

O Órgão Especial do [Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul](#) decidiu, por maioria de votos, pela inconstitucionalidade da [Lei Municipal 14.177](#), de Porto Alegre, que foi aprovada pela Câmara Municipal no começo deste ano. A norma proibia professores da rede municipal de dar opiniões políticas em sala de aula e estava suspensa pelo Judiciário desde fevereiro, em decorrência de liminar obtida pelo Sindicato dos Municipários da Capital (Simpa).



Formação mínima de docente é matéria de competência exclusiva da União, diz STF

O [Supremo Tribunal Federal](#) declarou inconstitucional uma lei de Sergipe que extinguiu o nível médio como formação mínima para ingresso na carreira do magistério estadual voltada à educação infantil e aos primeiros anos do ensino fundamental. A decisão foi tomada em Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Clique [aqui](#) para ler a decisão. ADI 4.871.

Governo lança fundo de R\$ 20 bi para educação e saúde

O Governo do Brasil lançou dois [editais de seleção pública](#) que disponibilizam, por meio do [Fundo de Investimento em Infraestrutura Social](#) (Fiis), R\$ 20 bilhões em investimentos para ampliar o acesso a serviços públicos de qualidade nas áreas de educação e saúde. O objetivo do Fiis é financiar obras, adquirir equipamentos e veículos que contribuam para melhorar o atendimento à população, especialmente em regiões vulneráveis e com vazios assistenciais. Metade dos recursos será destinada ainda em 2025.



NOVIDADE LEGISLATIVA



[LEI Nº 15.249, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2025](#) - Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei da Acessibilidade), e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a instalação de sistemas de comunicação aumentativa e alternativa de baixa tecnologia em espaços públicos e abertos ao público, com vistas à promoção da acessibilidade da pessoa com necessidades complexas de comunicação.



[DECRETO Nº 12.686, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025](#) - Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.



CAO EDUCAÇÃO

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
DE EDUCAÇÃO - MPMT



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br